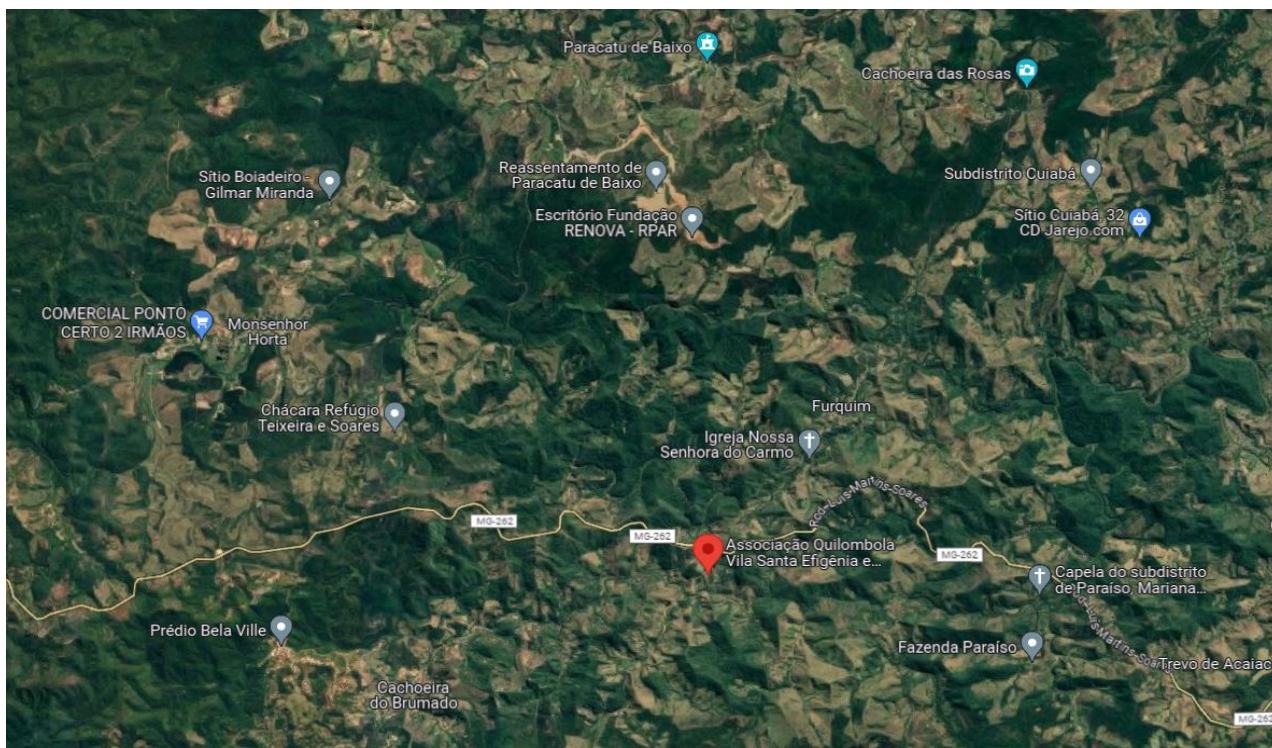


RELATÓRIO

Visita técnica às comunidades Quilombolas Vila Santa Efigênia, Castro, Embaúbas e Engenho Queimado

Mariana, Minas Gerais



Outubro de 2023, Brasília/DF

Equipe de Campo

Jarbas Vieira da Silva

Coordenador da CT-IPCT - Secretaria Geral da Presidência da República

Francisco Itamar Gonçalves Melgueiro,

1.º suplente da Coordenação da CT-IPCT - Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI)

Ademilton Ferreira de Sá

2.º suplente da Coordenação da CT-IPCT - Fundação Cultural Palmares

Tiago Cantalice da Silva Trindade

Defensoria Pública da União (DPU)

Érika Soares Martins,

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais (SEDESE-MG)

Jadilson Lino de Oliveira Gomes

Representante das comunidades Quilombolas de Degredo

Luciana Andrade Jorge Oliveira

Assessora técnica da ATI ASPERQD

Thatiele Monic Estevão

Representante atingida das comunidades quilombolas de Santa Efigênia

Daiane Cristina de Paula Estanislau

Representante atingida das comunidades quilombolas de Santa Efigênia



DESCRIÇÃO

1º Dia - 05/09/2023

A primeira visita foi ao território do Povoado de Paracatu de Baixo, área diretamente atingida pela lama. À época do desastre, havia no distrito cerca de 140 famílias que foram orientadas a evacuarem em caráter de urgência. As marcas do desastre na comunidade são evidentes até os dias atuais, com ruínas e marcas da lama nas escolas, na quadra poliesportiva, no solo, nas casas e na igreja.

O rejeito, já solidificado, ainda recobre toda a área, da qual nada vegeta. Ainda não há um consenso sobre eventuais ações, mas está em discussão a conversão em um espaço de memória e verdade.

A igreja da comunidade, que a lama cobriu mais da metade da estrutura, ainda é utilizada durante os festejos do padroeiro, momento em que a comunidade adentra o espaço, na intenção de manter as tradições.

As fotos mostram a situação da Igreja de Santo Antônio, ficando evidente que a lama cobriu quase toda sua estrutura.



foto tirada dias após o rompimento



foto tirada durante a visita

FATO IMPORTANTE: Algumas famílias permanecem morando em Paracatu de Baixo, nas residências que se encontram nos locais mais altos, mesmo tendo alteração substancial no modo de vida do restante da comunidade. O Rio Paracatu passa ao lado da área da igreja e do campo de futebol.

Na foto a seguir, podemos ver até onde o rejeito cobriu. Pela esquadria podemos deduzir que chegou a 1,20 metros de altura:



Medição da altura



A foto mostra a estrutura da escola de Paracatu de baixo

A foto abaixo mostra Thatiele Monique, liderança quilombola da Vila Santa Efigênia, olhando para o que sobrou da área onde existiam bares e locais de encontro que relembrou como a vida era diferente. No local, houve a pseudo pavimentação das vias após o desastre, cobrindo assim o rasto de rejeito existente.



Na foto abaixo podemos verificar uma nascente, onde segundo relatos, as lideranças desconhecem qualquer ação de monitoramento da água.



Visitamos as construções do **Novo Paracatu**, bairro no qual está sendo construído, pela Fundação Renova, para os atingidos de Paracatu de Baixo. Trata-se de um “condomínio de luxo” que não possui relação com o modo de vida que a comunidade possuía anterior ao rompimento da barragem, como, por exemplo, casas com arquitetura desenhada, amplo espaço de construção e de terreno, mas sem espaço para produzir dentro dos quintais, tendo em vista o excesso de grama inseridas dentro das casas e no bairro, causando assim um enorme distanciamento com a dinâmica social de uma comunidade rural. Outro fator que nos causou estranheza foi a estrutura de uma portaria para ter o controle de entrada e saída de moradores e/ou visitantes. É importante ressaltar que Paracatu de Baixo, assim como a maioria das comunidades rurais, possuía uma relação íntima com os bens naturais e garantia, em boa medida, sua subsistência e renda de seus cultivos, ervas medicinais e animais de criação. Segundo relatos das lideranças quilombolas e considerando as características anteriores, o espaço era de uso comum, com quintais produtivos, jardins, hortas, criação de animais de pequeno porte e áreas destinadas à plantação, o que não é mais possível no Novo Paracatu.



Outro ponto que merece atenção é a dimensão das casas (estão previstas cerca de 80), o que nos fez pensar em como os moradores irão conseguir mantê-las.



A foto abaixo mostra a reconstrução da igreja de Santo Antônio que aparentemente demonstra uma forte alteração na estrutura visual do estilo do estado de Minas Gerais e por consequência das igrejas da região. Houve uma modificação abrupta na religiosidade da comunidade, assim como do quilombo Vila Santa Efigênia, o que se refletiu nas festividades, que tiveram forte diminuição.



Visitamos o posto de saúde, guiados pela agente de saúde Rosiane, que informou que o posto recebe a visita de clínico geral uma vez por mês, que encaminha os pacientes para os especialistas que atendem em Furquim ou na sede de Mariana. Há atendimento com psicólogo a cada dois meses, os demais tratamentos, como oftalmologia e odontologia, ocorrem somente na sede de Mariana. Constatamos que o posto se encontra em condições estruturais extremamente precárias: paredes com mofo, pintura antiga, pouca mobília, falta de medicamentos e de equipamentos necessários para um atendimento básico adequado e de qualidade.

Mesmo a comunidade possuindo representante no Conselho Municipal de Saúde, foi relatado que não houve visita e nem participação da comunidade nas reuniões relativas ao Plano de Ação em Saúde de Mariana, medida reparatória acompanhada e orientada pela CT-Saúde, mesmo o assunto devendo ser discutido com a população e o quilombo possuindo representante. Isso é sintomático e é resultado da relação com a administração municipal, que sequer reconhece sua identidade quilombola. A Assistência Social, por exemplo, não os cadastra como tais no CadÚnico, impedindo, assim, o acesso a outras políticas que poderiam beneficiá-los e que não são pleiteadas pelo município.

Foi relatado pela liderança da comunidade, Thatiele, que na parte do Rio do Carmo que banha os povoados dos quilombos, nunca escutou notícias ou testemunhou a realização de coleta de amostras de água, ou da ictiofauna, mesmo o ponto de contaminação tendo sido à jusante, afetando a circulação dos peixes ao longo do rio e podendo fazê-los chegar até a altura do território quilombola e até contaminando as pessoas pelo consumo dos peixes. Fomos informados, também, que a quantidade de peixes que sobem para a piracema reduziu bastante. Na visita, foi possível, caminhar até as margens do Carmo, de onde vimos alguns barrancos usados pelos moradores do Crasto para a faiscação. Mesmo existindo a insegurança da

qualidade da água e do solo que se encontra submerso, há saída econômica encontrada pelos faiscadores é a manutenção de suas atividades.



Foto do Rio Carmo



Foto da retirada do ouro

Em seguida, passamos pelas obras da estação de tratamento de água, executada pela empresa COMIM, contratada pela Fundação Renova. Essa estação, segundo os representantes de Santa Efigênia, atenderá apenas o distrito de Furquim, nada sendo destinado a Embaúbas e Castro/Crasto, apesar dessas comunidades estarem sofrendo com os transtornos das obras e com a insegurança hídrica.

As representantes do Quilombo Vila Santa Efigênia falam que desejam ter uma **ATI própria**, já que não há assessoria própria habilitada para prestar o serviço de Assessoria dentro do território.

Nos foi informado que atingidos de outras áreas, após receberem as indenizações, estão comprando terrenos na Vila Santa Efigênia e demais comunidades, fazendo com que ocorra a migração de “desconhecidos”, além da especulação imobiliária no território quilombola. Com a situação, evidenciam que por parte dessas pessoas não há qualquer interesse em interagir com outros moradores, o que se nota pelo tamanho e qualidade dos muros que constroem em suas casas, descaracterizando totalmente a comunidade.

À tarde visitamos uma família que vive no povoado de Embaúbas (Dona Maria, Seu Vicente e Dona Inácia). Durante a conversa nos foi relatado que após o rompimento da barragem perderam boa parte da renda, já que não conseguiam mais vender suas hortaliças nas feiras de Mariana e Furquim, devido à desconfiança quanto ao risco de contaminação devido à falta de estudos sobre a qualidade da água e das hortaliças. Em relação aos peixes, confirmaram que houve uma redução em sua disponibilidade no rio do Carmo. Além disso, a comunidade também possui a tradição de faiscar no rio, tirando algumas poucas gramas de ouro na complementação da renda. Outro registro feito nas falas foi o de que após o rompimento perceberam um grande aumento na mortandade de animais de criação, principalmente das galinhas.



Foto tirada na residência de Dona Maria

Daiane, agente de saúde que atende as famílias de Embaúbas, informou que as principais doenças nos povoados do Quilombo são: hipertensão, diabetes, anemia falciforme e câncer. Porém, o desastre afetou, principalmente, a saúde mental, aumentando os casos de depressão e de ansiedade – atrelado a isso, há uma desassistência as comunidades. Na oportunidade, relatou que a Fundação Renova nunca atendeu a comunidades em seus programas.

2º Dia - 06/09/2023

Visitamos a sede da Associação Quilombola de Vila Santa Efigênia, onde foi realizada roda de conversa com Thatiele e Daiane sobre as estratégias e medidas a serem adotadas pela CT-IPCT, considerando o pedido de impugnação feito pela Fundação Renova quanto à Deliberação 691. Sugerimos que informassem a composição da Comissão Quilombola e a lista dos membros da comunidade para verificarmos a possibilidade de um requerimento da inclusão no cadastro de atingidos pela Fundação Renova.



Realizamos uma rápida conversa com João e Juarez, no Quilombo Engenho Queimado. Os dois relataram o aumento de problemas de ansiedade. Relataram, ainda, o sumiço dos peixes no Rio do Coito (afluente do Gualaxo do Norte), visto que não há mais piracema. Como consequência, houve aumento na quantidade de mosquitos. Os comunitários relataram, também, dificuldade da venda dos produtos agrícolas produzidos pela comunidade.

Na sequência, fomos visitar uma residência na Vila Santa Efigênia, onde encontramos os comunitários: Senhor Cláudio, Senhora Maria das Mercês, Cláudia, João e Djalma. Ouvimos relatos sobre problemas na renda, problemas de saúde, ruptura e/ou enfraquecimento de relações comunitárias e com comunidades vizinhas, sendo que dessa vez, contudo, as falas foram relacionadas a outros efeitos do rompimento da barragem, como a perda empregos e demissões em massa, que ocorreram em todas as demais áreas econômicas de Mariana.



Após almoço, conversamos com Elisângela, comunitária de Santa Efigênia. Ela confessou estar cansada de falar sobre o rompimento e o significado à comunidade. Relatou que anteriormente vendia frutas e verduras em Mariana para completar a renda da família, mas que agora tem medo de ir à Mariana, por temer um novo rompimento, o que, consequentemente, diminuiu a venda de suas verduras, uma vez que a população da cidade acredita que as verduras estão contaminadas. Reclamou que após o rompimento desenvolveu depressão e síndrome do pânico, tendo que procurar tratamento psicológico.

Dona Neusa, outra comunitária, relatou que também se sentiu assim após o rompimento e que sentia uma angústia profunda só de pensar em ir à Mariana, assim como outras pessoas e relatou, ainda, que seus dois genros e um sobrinho estavam trabalhando no dia do rompimento, então, inevitavelmente teve medo de que eles estivessem entre as vítimas. Relatou que na época, circularam muitos boatos de que novas barragens estariam para se romper, gerando pânico entre as pessoas. Afirmou que nunca recebeu acompanhamento psicológico prestado pelas mineradoras ou pela Fundação Renova.

Tanto Elisângela quanto Dona Neusa confirmaram a quebra de vínculos com os moradores de Paracatu, a dificuldade de comercialização de verduras e frutas e a diminuição de peixes no Rio do Carmo e Rio do Coito. Além da alteração significativa dos modos culturais que existia na região na totalidade.

Sérgio, outro comunitário, disse que na época perdeu emprego. Trabalhava com obras, mas foi dispensado e ficou com “uma mão na frente e outra atrás”. Relatou que muitas pessoas que trabalhavam com empreitada ficaram desempregadas. As obras pararam e as pessoas ficaram muito inseguras em relação à renda. Ressaltou que o dinheiro parou de circular na cidade com a paralisação do funcionamento da Mina de Germano. Sérgio disse, ainda, que trabalhava com várias pessoas que moravam em Paracatu e que ficava triste só ver a situação que estavam enfrentando, pois moravam longe e pagavam aluguel.

Cabe informar que foi relatado que as festas da Padroeira Santa Efigênia, que antes do desastre duravam 1 mês, agora duram somente uma semana. Dona Neusa lembrou que na festa de padroeira tinha leilões, música, dança, barracas vendendo comidas e bebidas. Daiane disse que tinha muitos forrós nas casas dos moradores mas tudo desapareceu.

É o relatório.

25 de outubro de 2023.

Jadilson Lino de Oliveira Gomes

Representante das Comunidades Quilombolas de Degredo

Érika Soares Martins

Representante da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais- SEDESE-MG

Tiago Cantalice da Silva Trindade

Representante da Defensoria Pública da União -DPU

Ademilton Ferreira de Sá

2.º suplente da coordenação da CT-IPCT

Francisco Itamar Gonçalves Melgueiro

1.º suplente da coordenação da CT-IPCT

Jarbas Vieira da Silva

Coordenador da CT-IPCT